

PROCESSO N.º _____



Ministério Público do Estado de São Paulo
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ

P.P.I.C. nº 128/2005 – CIDADANIA

Data da autuação e registro: 06 de janeiro de 2006.

Assunto: Análise de parecer desfavorável do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acerca das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, conforme o Processo 182/2005, que originou o Decreto Legislativo 255 de 16/12/05.

Área de atuação: CIDADANIA

Representante: Câmara Municipal de Jacareí

Representada: Prefeitura Municipal de Jacareí

PJ Oficiante: 2ª PJ

Registrado no Livro Único de Registros, Volume II, às fls. 186.
Bianca Rodrigues Barone da Silva _____ Oficial de Promotoria.

2ª PJ
3º VOLUME

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROTOCOLO: 0046834/06

Data: 04/05/2006

Local de Entrada:

SUB-ÁREA DE APOIO ADMIN.- PROTOCOLO GERAL

Assunto:

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Interessado:

JOSÉ LUIZ BEDNARSKI

Hora: 12h1



TERMO DE ABERTURA

Em 06 de fevereiro de 2006, promovo a abertura do 3º volume dos autos do P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA, iniciando a sua numeração a fls. 401. Jacareí, data supra. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	431
Proc.	1932/026/01
	Sanches

402
/BB

Juntamos nos presentes autos os documentos de
fls. 179/430.

CGCRRM, 02 de dezembro de 2003.

Sandra Sanches
Sandra Silvestre Rodrigues Sanches
Auxiliar de Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	432
Proc.	1932/026/01
	Jamane

403
AB

Processo: TC-1932/026/01
Interessada: Prefeitura Municipal de Jacareí
Assunto: Pedido de Reexame

Manifestem-se a ATJ e a SDG.
G.C., 02 de dezembro de 2003.

Robson Marinho
Conselheiro

ssrs



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FLS.433
TC- 1932/026/01

PROCESSO : TC-1932/026/01
INTERESSADA : PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
ASSUNTO : APLICAÇÃO NO ENSINO
EXERCÍCIO : 2001

404/
AB

Senhor Assessor Procurador chefe,

Retornam os presentes autos a esta Unidade de Cálculos e em atenção ao r. despacho de fl.432, procedemos à análise do processado, ante as alegações de defesa constante de fls.179 e seguintes, no que diz respeito a aplicação no ensino.

Conforme manifestação desta Unidade às fls. 93/95, não acolheu o solicitado pela Origem, quanto a inclusão das despesas com transporte de alunos e os valores inscritos em restos a pagar glosados por falta de lastro financeiro.

Por outro lado, considerou os dispêndios com Pessoal Civil (merendeiras) o qual não tinha sido computado pela D. auditoria, com esta inclusão a municipalidade aplicou na MDE 21,57% e no ensino fundamental 55,07%, o quais foram ratificados pela Unidade Jurídica, chefia e SDG (fls.96/103).

Na nova peça recursal apresentada a partir das fls.179, a Municipalidade contesta a exclusão de R\$ 1.960.959,40, sob a alegação de que teriam sido erroneamente classificadas com sendo da subfunção 122 - Administração geral, ao invés de 361 - Ensino fundamental, quer ver também incluído nos cálculos os valores inscritos em restos a pagar subtraído dos cálculos por falta de lastro financeiro.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

FLS.434
TC- 1932/026/01

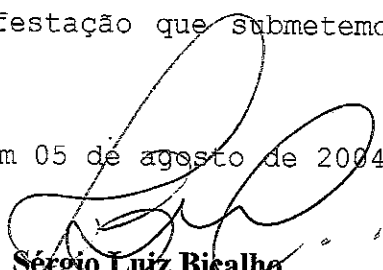
405/BB

Quanto a inclusão das despesas que foram classificadas erroneamente, mesmo que, consideramos o requerido, a municipalidade fica aquém do limite permitido pelo artigo 212 da Carta Magna, com aplicação de **23,28¹%**, entretanto, da cumprimento ao disposto no § 5º do artigo 60 do ADCT com aplicação de **61,93²%**.

Quanto aos valores inscritos em restos a pagar, entendemos que o requerido não possa prosperar, vez que, a Municipalidade não possuía saldo financeiro em 31/12/01, para honrar os compromissos assumidos.

É a manifestação que submetemos à consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, em 05 de agosto de 2004.


Sérgio Luiz Bicalho
Auxiliar da Fiscalização Financeira V
À disposição da ATJ-Econômica

¹ TOTAL DA RECEITAS DE IMPOSTOS
APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA

R\$ 114.242.809,88
R\$ 28.560.702,47

TOTAL DAS DESPESAS (FL.94)
(+) DESPESAS CLASSIFICADAS ERRONEAMENTE
TOTAIS DAS DESPESAS
TOTAL DAS RECEITAS

R\$ 24.640.900,36
R\$ 1.960.959,40
R\$ 26.601.859,76 = **23,28%**
R\$ 114.242.809,81

² ENSINO FUNDAMENTAL
VALOR MÍNIMO A SER APLICADO

R\$ 17.136.421,48

TOTAL APLICADO
(+) DESPESAS CLASSIFICADAS ERRONEAMENTE
TOTAL DAS DESPESAS
TOTAL DA APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA

R\$ 15.729.347,59
R\$ 1.960.959,40
R\$ 17.690.959,40 = **61,93%**
R\$ 28.560.702,47



ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA

406
EB

Processo: TC - 001932/026/01

Órgão: Prefeitura Municipal de Jacareí

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

A Colenda Primeira Câmara emitiu v. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001, (fls. 165/174 e 177). A r. orientação deu-se em razão da falta de aplicação do mínimo exigível de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e do ensino fundamental, descumprindo as disposições do artigo 212 da Constituição Federal e do “caput” artigo 60 do ADCT, tendo ainda contribuído para rejeição, a falta de justificativas para a realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual (impropriedade anotada no item 6 relativa ao expediente TC - 14895/026/01).

Inconformado, o prefeito, Sr. Marco Aurélio de Souza, por intermédio de seu representante legal, encartou o Pedido de Reexame e documentos de fls. 179/430.

É o sucinto relatório.

Preliminarmente, entendo que o petitório configura pedido de reexame, pois, por meio dele, Sua Senhoria visa afastar os fundamentos do v. Parecer que lhe é desfavorável (art. 70, caput da L.C. nº 709/93). Demais, o apelo há de ser recebido, porque legítima a parte e tempestiva a sua interposição (art. 71). Com efeito, a r. orientação foi publicada no Diário Oficial do Estado em 30.10.03 (fls. 177), e o recurso protocolizado em 01.12.03 (fls. 179).



ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA

404
EB

Mérito.

A Origem, por meio das razões recurso apresentadas às fls. 179/187, pleiteia, em resumo, a reintegração - ao percentual apurado de aplicação no ensino - de parte dos restos a pagar do exercício de 2001, pagos no exercício de 2002 glosados pela Auditoria, à época da inspeção "in loco", por falta de lastro financeiro. Alega ainda que despesas no montante de R\$ 1.960.959,40, correspondem a gastos efetivamente aplicados na educação, embora excluídas do cálculo de aplicação no ensino, por estarem erroneamente classificadas como subfunção 122 - Administração Geral, ao invés de 361 - Ensino Fundamental.

Atinente aos serviços de adequação de aterro não previstos em contrato, assevera que eventual ampliação do objeto contratual em questão não é de responsabilidade da atual Administração e tampouco deveriam constar das contas do exercício de 2001, uma vez que as obras e serviços emergenciais para a adequação do aterro sanitário foram solicitadas pelo então Secretário de Serviços Municipais em junho de 2000 e foram realizadas naquele mesmo ano, tanto assim que o próprio contrato administrativo, dentro do qual foram realizadas referidas obras, vigorou apenas até outubro de 2000.

A meu ver a pretensão da Origem de ter reintegrados nos cálculos, os valores inscritos em restos a pagar vinculados ao ensino, **do exercício de 2001**, não merece prosperar, uma vez que em 31/12/01, o Executivo não possuía, em conta vinculada, suporte financeiro para saldar tais valores inscritos.

Cumprе destacar que a prévia existência de lastro financeiro, para arcar com os restos a pagar do ensino, vem sendo exigida por este E. Tribunal desde o exercício de 1999 e que falhas da mesma natureza que ora se verifica, foi, por si



ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA

108
28

só, motivo de rejeição de contas, sendo torrencial a jurisprudência da Casa em tais circunstâncias.

Todavia, tenho por procedente a solicitação da Origem relativa reintegração, aos cálculos de aplicação no ensino, das despesas erroneamente classificadas, na medida em que os papéis juntados aos autos comprovam que foram aplicadas efetivamente na educação do ano de 2001, tendo ocorrido, na verdade, desacerto formal na classificação das despesas.

Nessa conformidade, observa-se que a Unidade de Economia (fls. 433/434) refez o cálculos dos percentuais de aplicação para expor que mesmo com a respectiva inclusão, a situação anteriormente apurada, não se modifica, persistindo a insuficiente aplicação das receitas provenientes de impostos na manutenção e desenvolvimento no ensino. (índice de aplicação de 23,28%).

Demonstra, todavia, que a aplicação no ensino fundamental deu-se de acordo com o exigido no "caput" artigo 60 do ADCT (aplicação de 61,93% dos recursos).

Nessa conformidade e levando em conta que a insuficiente aplicação no ensino constitui irregularidade grave capaz de, por si só, comprometer todo o exame do processado, sendo torrencial a jurisprudência da Casa nesse sentido concluo por inalterado o panorama processual.

Sobre os serviços de adequação de aterro sanitário, não previstos em contrato, considerando, s.m.j. que prosperam as justificativas da Origem, proponho seja a impropriedade eliminada como fundamento de rejeição do r. Parecer Desfavorável, sem embargo de ratificar a proposta anterior de fls. 99, para que o expediente TC - 14895/026/01, que aborda a matéria,



ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA

409
/88

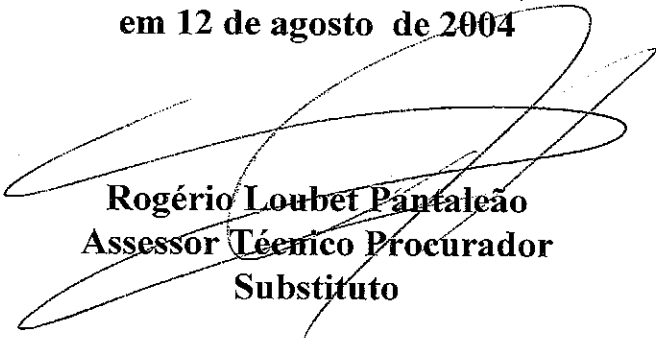
tenha trâmite individualizado e que cópia da defesa aqui apresentada seja a ele encartada .

Conclusão:

Por todo o exposto e considerando inalterado o “status quo ante” processual, manifesto-me pelo conhecimento do recurso, todavia no mérito pelo seu não provimento, para o fim de que ser mantido o v. Parecer desfavorável à aprovação das contas, com exclusão, todavia, dos citados fundamentos de rejeição, relativos a infringência ao disposto no “caput” do artigo 60 do ADCT (aplicação no ensino fundamental) e serviços de adequação de aterro sanitário, não previstos em contrato que podem eventualmente ser relevados, mantidas as recomendações e determinações complementares formuladas.

À consideração de Vossa Senhoria.

**A.T.J. (Unidade Jurídica),
em 12 de agosto de 2004**


**Rogério Loubet Pantaleão
Assessor Técnico Procurador
Substituto**